

O estado
de São
Paulo
23/04/87

Deputado pede fim dos Estados

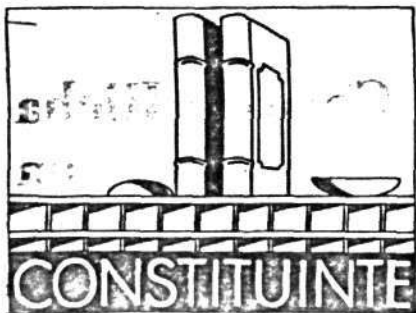
ANC

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Raul Ferraz (PMDB-BA) defendeu ontem de manhã, no painel "O Município e a Constituinte", a extinção pura e simples dos Estados e convocou os prefeitos brasileiros a levantarem essa bandeira. Segundo ele, a Federação, como é exercida hoje não interessa aos municípios, que têm de se curvar diante do governador e, muitas vezes, mudar sua filiação partidária para receber os recursos a que têm direito, além de aumentar a burocracia na distribuição das verbas.

Num dos apartes do painel, Raul Ferraz disse que, dos 168 países do mundo, 153 não têm a figura do Estado e são democracias unitárias, demonstrando que a ausência da Federação é benéfica. Para o deputado, esse é o momento de o País questionar tudo e pedir tempo para expor sua tese numa reunião ordinária da Subcomissão dos Municípios e Estados.

A proposta de Raul Ferraz, segundo o presidente do Ibam (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), Diogo Lordello de Mello, é tão ousada quanto sugerir a implantação imediata do socialismo no Brasil, mas é interessante enquanto propõe a eliminação prática do Estado atravessador, causa, muitas vezes, do subdesenvolvimento do município. Já para o presidente da Associação Brasileira de Municípios, Nivaldo Kureger, a proposta é válida e respeitável. Ele considerou que a sugestão merece ser mais discutida.



NAS COMISSÕES

O professor Paulo Milani Guimarães, representante da Escola Superior de Guerra, defendeu ontem na Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e da sua Segurança a inclusão na nova Constituição de uma quarta medida de defesa do Estado denominada Estado de Recessão Econômica. Ela poderia ser decretada pelo presidente da República e aplicada, ad referendum do Congresso Nacional. Teria vigência máxima

Monarquistas organizam-se

Com as mesma desenvoltura demonstrada pelos grupos que formam verdadeiros lobbies para atuar junto aos constituintes nas áreas da reforma agrária, educação e informática, entre outros, os representantes do Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos, com sede no Rio Grande do Sul, estão se movimentando com o objetivo de apoiar a proposta do deputado Cunha Bueno (PDS-SP), para instauração da monarquia parlamentarista no Brasil.

Panfletos em defesa dessa tese já começaram a ser distribuídos na Comissão de Sistema de Governo ressaltando as vantagens do regime monárquico. "A monarquia é suprapartidária, pois o partido do rei ou da rainha é do povo — defende o secretário-geral da entidade, o comerciante Aldo Campagnola. O rei julga, mas não governa". Esta característica, segundo ele, favorece a adesão de políticos de todas as ideologias à tese de instauração da monarquia.

O representante da Juventude Monarquista, Fernando Bolzoni, 18 anos de idade, também é enfático ao defender a monarquia, que para ele "não é panacéia", permitindo a "estabilidade política e depois econômica através de um processo sucessório livre de golpes". Os partidários da monarquia no Brasil garantem que em Porto Alegre as posições do Ibem já contam com cerca de cem mil simpatizantes, na classe média.

de 120 dias e autorizaria as seguintes medidas: suspensão do direito de greve e do locaute; redução da jornada de trabalho e de salários correspondentes; controle de preços e salários; e proibição de dispensa de empregados a não ser por justa causa. Segundo o professor da ESG, o Estado de Recessão Econômica seria aplicado nos momentos econômicos recessivos muito graves, podendo o Executivo reconhecê-la em determinada região geo-econômica ou em todo o território nacional. As outras defesas do Estado já existentes são as medidas de emergência, o estado de emergência e o estado de sítio.

Outro membro da ESG, o professor Pedro de Figueiredo, defendeu a participação das Forças Armadas na segurança interna. Segundo ele, "a instabilidade institucional brasileira não decorre das intervenções das Forças Armadas no poder político, mas sim da fragilidade das instituições políticas que deixam vazios no poder".

A Subcomissão de Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos deverá receber hoje, durante sua primeira audiência pública, moção de repúdio ao anteprojeto que propõe uma nova lei de greve, elaborado pelo Ministério do Trabalho mas ainda desconhecido no Congresso Nacional. O 2º vice-presidente da subcomissão, deputado Edmilson Valentim (PC do B-RJ), entende que esta atribuição é da Constituinte e qualquer iniciativa do governo nesse sentido será repudiada pelos integrantes da subcomissão.

O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, está convocado para depor na próxima semana. Mas nenhuma entidade patronal será ouvida pela subcomissão, que votou ontem, por unanimidade, a presença apenas dos representantes dos trabalhadores.

A Subcomissão da Nacionalidade, Soberania e Relações Internacionais convidou ontem o secretário-geral do Itamaraty, Paulo de Tarso Flecha de Lima. Ele discordou do deputado Sarney Filho (PFL-MA), que pretende incluir na futura Constitui-

ção um artigo tornando o Brasil uma nação neutra como a Suíça, além de proibir que o País fabrique armas nucleares. O deputado Roberto D'Ávila (PDT-RJ) cobrou do Itamaraty o rompimento das relações com a África do Sul. Paulo de Tarso reconheceu os problemas do apartheid, mas afirmou que, como diplomata profissional, pensa que o Brasil "deve manter relações com o maior número possível de países".

A Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo rejeitou proposta dos deputados César Cals Neto (PDS-CE) e Gastone Righi (PTB-SP) para que a Assembléia Constituinte definia preliminarmente o sistema de governo a ser instituído no País e a duração do mandato do presidente Sarney. Foi acolhido parecer do relator Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), que considerou a sugestão "inoportuna e inconveniente". Segundo Egidio Ferreira, antecipar definições sobre o regime de governo e o mandato do atual presidente seria "subverter a ordem das coisas e pôr em risco os trabalhos de elaboração da nova Carta".

A Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças aplaudiu a proposta de reforma administrativa que descentraliza recursos e atribuições, aumentando a competência de tributar dos Estados e municípios, que teriam de assumir setores de atendimento ao público, hoje de responsabilidade da União. A proposta é do Grupo de Reforma Tributária do Ministério do Planejamento.

A principal proposta apresentada ontem à Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicações foi a elevação da participação dos investimentos públicos e privados em ciência e tecnologia, que atualmente correspondem a apenas 0,5% do Produto Interno Bruto, para, no mínimo, 2 a 3% do PIB.

A Subcomissão das Questões Urbanas e do Transporte debate no dia 29 o problema da distribuição das linhas aéreas internacionais, atualmente concedidas com exclusividade à Varig.

ANC 88
Pasta 16 a 23
Abril/87
112